

# O chão da escola

## *Construção e afirmação da identidade*

MARIA TERESA LEITÃO DE MELO\*

**RESUMO:** O artigo parte da consideração do chão da escola enquanto espaço de construção e afirmação da identidade dos trabalhadores em educação. A afirmação pedagógica e a ação educativa dos funcionários de escola se comunicam com as contradições da organização escolar ainda autoritária e hierarquizada e com as perspectivas de profissionalização. A gestão democrática escolar encontra no projeto político-pedagógico (PPP) o instrumento, por excelência, para tematizar e sintetizar o processo de democratização da organização escolar e a construção da identidade profissional.

*Palavras-chave:* Funcionário escolar. Chão da escola. Identidade profissional. Projeto político-pedagógico (PPP). Profissionalização.

### O chão da escola, promotor de identidades

**C**erta vez, quando era dirigente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), participava de um debate sobre a profissionalização dos funcionários de escola e um porteiro pediu a palavra para nos afirmar:

Sou porteiro da escola, só estudei até a 7ª série. Quero estudar mais, concluir o ensino médio, ter na minha ficha funcional um cargo próprio e não apenas agente administrativo. Eu quero que no nome do meu cargo tenha a palavra escola ou a palavra educador, porque mesmo que eu seja porteiro eu serei porteiro de escola e não porteiro de edifício ou de hotel e isso é muito diferente.

---

\* Pedagoga com especialização em magistério do Ensino Médio. Professora Aposentada de Educação Básica da Rede Pública Estadual de Pernambuco. **Teresa Leitão** é deputada estadual em Pernambuco. Site: <[www.teresaleitao.com.br](http://www.teresaleitao.com.br)>.

Foi sob esta perspectiva que a CNTE construiu sua tese de profissionalização dos funcionários e sua concepção da identidade coletiva dos trabalhadores em educação: o chão da escola como síntese, como ponto de encontro. Demarcar nesse território as contradições, as polêmicas e as possibilidades de diálogo é um exercício desafiador, que não se faz sem dores ou choros, mas que enseja muita felicidade e aprendizagens.

A própria escola, ao absorver a divisão social do trabalho que se dá na sociedade, nos apresenta elementos para refletir sobre o espaço pedagógico ocupado pelos funcionários. A primeira constatação é a de que ainda existe uma grande diversidade na denominação desses trabalhadores. Desde não-docentes (afirmando-se pela negação, pelo não ser professor) até agentes, auxiliares, assistentes para, finalmente, a partir da denominação de profissionais da educação, serem traduzidos na Lei nº 12.014, de 2009 (BRASIL, 2009), de autoria da senadora Fátima Cleide (PT-RO), como técnicos em áreas pedagógicas ou afins.

A questão da identidade mexe com valores, impulsiona a prática, direciona as relações na escola, cria o sentimento de pertencimento. Daí ser importante considerar a reivindicação do porteiro de ser um educador e como tal se portar e ser tratado diante da realidade da escola. A identidade se constrói na coletividade, do eu para o nós (SOUZA, 2000, p. 75). É dessa relação que nasce o compromisso com o projeto da escola, no qual cada um se vê como peça fundamental para pensar, para emocionar-se, para fazer.

Não é fácil tocar em feridas tão profundas, marcadas pela hierarquia, pelo não-ser educador, pelo não poder falar, pelo não poder entrar nos ambientes pedagógicos a não ser para limpá-los e arrumá-los. Chega-se ao extremo de termos funcionários de escola semi-alfabetizados...

Este é o desafio inicial da democratização da gestão, espaço de participação de toda a comunidade escolar. Afirmar, no preâmbulo, que o chão da escola não é um chão qualquer - é um chão que congrega, que constrói, que educa. É por isso que merendeira não é cozinheira de restaurante, que secretária não é recepcionista de hotel, que porteiro não é porteiro de banco. Com todo respeito aos demais, os da escola são educadores e educadoras e é desta forma que devem ser formados, tratados e considerados.

## **Gestão democrática e projeto político-pedagógico**

A construção da identidade coletiva de educadores, tendo em vista um projeto de escola gerido democraticamente, não é tarefa fácil. Analisei esta questão em outro artigo sobre gestão democrática, abordando dois enfoques (MELO, 2001, p. 246). O primeiro diz respeito aos conflitos que se expressam no cotidiano da escola. Professores,

funcionários, estudantes e seus pais não raras vezes têm expectativas diversas quanto à função da escola, sua forma de gestão e seu projeto-político-pedagógico. No segundo enfoque, faço uma distinção entre compartilhar e democratizar a gestão. Não quero fazer jogo de palavras e de seus significados. Até gosto da idéia pedagogicamente amorosa de compartilhar, pois nos lembra dividir com outros, dar e receber, participar. Para a gestão seria um movimento necessário, porém incompleto, sobretudo com agentes sociais tão distintos. A gestão democrática, além disso, se fundamenta na autonomia escolar, na descentralização do poder, na representatividade dos conselhos escolares, no controle e monitoramento, na escolha democrática dos dirigentes escolares, enfim, na inclusão de todos os segmentos da escola. Incluir não significa apenas contemplar com uma vaga, mas, “[...] criar espaços e abrir possibilidades de incluir a todos no projeto político-pedagógico da escola, desde a sua concepção e elaboração até a sua implementação no dia-a-dia da escola”. (MELO, 2001, p. 253).

A primeira manifestação prática da gestão democrática é repensar a forma de organização da escola, desde o quadro curricular com seus tempos e espaços ao relacionamento com a comunidade; desde o modelo de avaliação às reuniões com pais e mães. Como fazer escolhas, que escolhas fazer e o que fazer com as escolhas feitas. Organizar tudo isso, garantindo a participação de todos, é o melhor roteiro para elaborar um projeto político-pedagógico incluyente. Gosto de chamá-lo assim – projeto político-pedagógico – ao invés de proposta pedagógica, sobretudo na perspectiva do foco desta reflexão, que é a relação da gestão democrática com a participação dos funcionários. Ao defini-lo, já indicamos uma posição quanto à sua concepção: é projeto, porque tem intencionalidade, é construção da utopia; é político, porque toma posição, tem lado; é pedagógico porque acontece na escola, é próprio dela.

Desta forma, o projeto político-pedagógico, em suas fases de elaboração, implementação, avaliação e possíveis redirecionamentos, pode-se tornar espaço propício para que a escola se veja, se reveja e encontre os caminhos da democratização da gestão.

Por fim vale lembrar que este processo de construção, contribuirá para a superação de uma dicotomia histórica na escola: o trabalho intelectual (dos professores) e o trabalho manual (dos funcionários). Gestões tecnicistas e centralizadoras chegam a realçar tal realidade, o que dificulta, inclusive, o alcance dos objetivos para a construção de saberes, a socialização dos conhecimentos e o enriquecimento cultural.

A especificidade do trabalho desenvolvido na escola nos remete à questão da identidade dos funcionários, de sua participação efetiva na gestão e, em última instância, a de vencer a falta de visibilidade que limita o reconhecimento da ação educativa dos funcionários.

## A afirmação educativa dos funcionários

Para além do contexto cotidiano da escola e considerando a luta histórica dos trabalhadores em educação, mais uma vez vamos encontrar o desafio da inclusão dos funcionários escolares como agentes sociais na construção de uma escola democrática e de qualidade. A sua afirmação educativa está ligada aos processos lentos e graduais de profissionalização, conquistados a duras penas e nascidos da convicção militante das entidades sindicais representativas dos trabalhadores em educação. Com a unificação das associações e sindicatos de professores, iniciada na década de noventa, os funcionários ocupam lugar estratégico na definição desta nova categoria que surge do chão da escola. É um novo conceito a desafiar a desprofissionalização, a terceirização, a invisibilidade a que estavam relegados os funcionários. Com educação básica incompleta, impedidos de fazer greve, distantes da entidade sindical, apartados da participação nas decisões da escola, os funcionários passam a ser o grande desafio da inclusão, da democratização, de afirmação da categoria dos trabalhadores em educação. As pautas de reivindicação ganham novos itens, a agenda de políticas públicas, novas exigências.

Como considerar democrática uma gestão que permite trabalhar na escola pessoas a quem o direito à educação foi negado? Como considerar democrática uma gestão que não permite a fala e a opinião de todos os segmentos da comunidade escolar? A escola desperta para essas contradições, impulsionada, sobretudo, pelos sindicatos, que trazem para o debate mais amplo das políticas públicas de educação e da legislação educacional a questão dos funcionários.

E o que vem a ser a “questão dos funcionários”, se não, em primeira hora, a sua identidade profissional? Colocam-se neste âmbito, a meu ver, desde o sentimento de pertencimento à comunidade escolar, com as devidas oportunidades de participação, até as políticas de formação e carreira como indicadores e referenciais da profissionalização. De maneira muito estratégica e respeitosa, o movimento sindical dos trabalhadores em educação não quer apenas ampliar a sua base de representação com os funcionários e deixá-los no estágio em que se encontravam quando da unificação. Muito pelo contrário, embora a imagem mais forte relacionada à educação seja a do professor, os funcionários conquistam espaços valiosos na identidade da categoria dos trabalhadores em educação, ampliando-se o próprio conceito de profissionais da educação.

Para tal, há de se considerar como indispensáveis as políticas de formação e de elevação da escolaridade, iniciadas com a experiência do Profuncionário, bem como a revisão dos planos de cargos e carreira, de modo a contemplar todo o quadro da educação e não apenas os professores.

Esses movimentos de diálogos e de conflitos, envolvendo a escola, os sindicatos, o poder público e a sociedade, interagem, também, com a concepção de gestão democrática, seja da prática escolar, seja das políticas públicas.

O debate sobre a valorização e a profissionalização dos funcionários é cada vez mais presente nas diversas instâncias institucionais, influenciando na conceituação de qualidade e de democracia das políticas educacionais. O Ministério da Educação dedica atenção especial ao tema e estimula, através de convênios, que estados e municípios incorporem políticas de profissionalização dos funcionários em suas ações governamentais. O Conselho Nacional de Educação regulamenta - pela Resolução nº 5, de 22/11/2005 (BRASIL, 2005) - a área profissional nº 21, de Serviços de Apoio Escolar, para a oferta de cursos de técnico de nível médio. O Congresso Nacional rompe barreiras do conservadorismo e vê tramitar projetos de lei, de iniciativa parlamentar, que buscam inserir os funcionários no patamar de profissionais da educação: O projeto da senadora Fátima Cleide, de Rondônia, hoje Lei federal nº 12.014, de 6 de agosto de 2009 (BRASIL, 2009) e o projeto do deputado Carlos Abicalil, do Mato Grosso, que trata das Diretrizes dos Planos de Carreira (BRASIL, 2003).

Na avaliação do professor Horácio Reis, vice-prefeito de Olinda-PE e à época diretor do Departamento de Articulação e Desenvolvimento dos Sistemas de Ensino, do MEC, esses projetos

[...] apontam para a reversão de uma relação preconceituosa e de dominação existente no interior da escola e nos sistemas de ensino, envolvendo esses funcionários, bem como acenam para um entendimento nacional sobre o que pode ser concebido para as definições, de forma unificada, das remunerações e carreiras daqueles que trabalham no setor da educação. (REIS FILHO, 2007, p. 33).

A ação educativa dos funcionários está, pois, ligada a sua identidade e seu pertencimento à comunidade escolar, incluída na sua participação no projeto político-pedagógico da escola e vinculada aos processos de profissionalização como política pública de valorização.

Os impactos positivos da conjugação dessas iniciativas se fazem sentir na qualidade e no nível de exigência da gestão educacional. A complexidade da escola e os desafios da prática pedagógica, frente à dinâmica da sociedade, ao perfil dos alunos, às respostas que precisam ser dadas à realidade que adentra as salas de aula, não pode prescindir da qualificação dos profissionais da educação e da democratização da gestão.

Este é um debate que na trajetória da educação está apenas começando, mas que pode contribuir para a inscrição de um novo ciclo na história da educação e dos educadores. Um ciclo com as cores da superação, com os sons da participação, com as marcas da construção coletiva.

A nossa jovem e inquieta democracia certamente irá agradecer à educação, por ter desafiado as estruturas, por ter sonhado com a inclusão, por ter buscado conferir à gestão a marca da democratização e da qualidade.

E nossos companheiros e companheiras, orgulhosamente, continuarão a vestir suas camisas com a histórica estampa: "funcionários de escola, também educadores".

*Recebido em novembro de 2009 e aprovado em janeiro de 2010.*

## Referências

BRASIL. Senado Federal. **Lei Federal nº 12.014 de 6 de ago. de 2009**. Altera o art. 61 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com a finalidade de discriminar as categorias de trabalhadores que se devem considerar profissionais da educação. Publicada no DOU de 7 ago. 2009. (Iniciativa da Senadora Fátima Cleide, PT-RO). Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao/>>. Acesso em: jan. 2010.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 1.592/2003**. Estabelece princípios e diretrizes dos planos de carreira para os profissionais da educação básica pública. (Iniciativa do Deputado Federal Carlos Abicalil, PT-MT). Disponível em: <[www.camara.gov.br](http://www.camara.gov.br)>. Acesso em: jan. 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 5, de 22 nov. de 2005**. Republicada no DOU de 9 dez. 2005. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb05\\_05.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb05_05.pdf)>. Acesso em: jan. 2010.

MELO, Maria Tereza Leitão de. Gestão educacional: os desafios do cotidiano escolar. In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto; AGUIAR, Márcia Ângela da Silva (Org.). **Gestão da Educação: impasses, perspectivas e compromissos**. São Paulo: Cortez, 2001.

REIS FILHO, Horácio Francisco dos. Profuncionário: formação e transformação. **Cadernos de Educação: funcionário de escola: identidade e compromisso**. CNTE, ano XII, n.18, p. 31-36, jul. 2007.

SOUZA, João Francisco de. O pensamento de Paulo Freire e a educação do trabalhador e da trabalhadora. In: WATANABE, Célia Hissae; CORRÊA, Maria dos Prazeres Advíncula Valença; ALMEIDA, Roseny de. **A prática política pedagógica da CUT no nordeste: um diálogo com as experiências**. Recife: Edições Bagaço, 2000. p. 61-80.

## **The school floor** *Construction and affirmation of the identity*

**ABSTRACT:** This text starts from the consideration that the school floor is a space of construction and affirmation of the school employees' identity. The pedagogical affirmation and the educative action of school employees communicate with the contradictions of the school organization, which is still authoritarian and hierarchical, and with the perspectives of professionalization. The democratic school management finds in the political-pedagogical project (PPP) the instrument, par excellence, to thematize and to synthesize the democratization process of the school organization and the construction of the education employees' identity.

*Keywords:* School employees. School floor. Professional Identity. Political-pedagogical Project (PPP).

## **El espacio de la escuela** *Construcción y afirmación de la identidad*

**RESUMEN:** El artículo parte de la consideración del espacio de la escuela en lo que se refiere al espacio de construcción y afirmación de la identidad de los trabajadores en educación. La afirmación pedagógica y la acción educativa de los funcionarios de escuela se comunican con las contradicciones de la organización escolar aunque autoritaria y jerarquizada y con las perspectivas de profesionalización. La gestión democrática escolar encuentra en el proyecto político-pedagógico (PPP) el instrumento, por excelencia, para tematizar y sintetizar el proceso de democratización de la organización escolar y la construcción de la identidad profesional.

*Palabras-clave:* Funcionario escolar. Espacio de la escuela. Identidad profesional. Proyecto político-pedagógico (PPP). Profesionalización.

## **Gestion démocratique et employés de l'école** *Identité et participation*

**RÉSUMÉ:** Ce texte part de la considération du sol de l'école en tant qu'espace de construction et affirmation de l'identité des travailleurs en éducation. L'affirmation pédagogique et l'action éducative des employés de l'école se communiquent avec les contradictions de l'organisation scolaire encore autoritaire et hiérarchisée et avec les perspectives de professionnalisation, par des politiques de formation et de carrière. La gestion démocratique dialogue avec tout ce contexte, elle-même chargée par des limitations, et encontre le projet politique-pédagogique (PPP) comme l'instrument, par excellence, pour thématiser et synthétiser le processus de démocratisation et la construction de l'identité des professionnels de l'éducation.

*Mots-clé:* Employé scolaire. Sol de l'école. Identité professionnel. Projet politique-pédagogique (PPP). Professionnalisation.